

## Etanol dos EUA

# EPA lança relatório apontando impactos ambientais negativos do etanol de milho

**A**PESAR DA recente vitória com a renovação dos incentivos fiscais para uso do etanol e da tarifa sobre importação deste produto, as associações que representam os produtores de etanol de milho nos EUA iniciaram 2011 com vários problemas pela frente.

O primeiro susto veio com a declaração de dois importantes políticos norte-americanos (John McCain e John Barasso) de que os incentivos dados pelo governo norte-americano deveriam ser julgados ilegais no caso de o Brasil ingressar com processo na Organização Mundial do Comércio (OMC). Apesar de a declaração ter cunho pessoal, sem qualquer respaldo da Casa Branca, as associações dos produtores americanos prontamente se manifestaram sobre a completa ignorância de seus compatriotas sobre as regras da OMC.

Quando a situação parecia se acalmar, no dia 28 de janeiro a agência ambiental dos EUA, a Environmental Protection Agency (EPA), lançou seu primeiro relatório sobre os impactos ambientais que o mandato para uso de biocombustíveis tem causado no país. O relatório é parte de uma série de mecanismos previstos na legislação de biocombustíveis norte-americana, visando monitorar os impactos que as políticas de incentivo ao uso dos combustíveis renováveis têm gerado.

Apesar de ainda em versão preliminar, o relatório "oficializa" o que muitos já argumentavam dentro e fora dos EUA: a produção de etanol de milho tem sérias consequências ambientais. Dentre os principais pontos mencionados estariam a contaminação da água por resíduos químicos, a destruição de habitats e o aumento do número de espécies invasivas, graças à maior demanda por culturas para produção de biomassa. O relatório



considera seis categorias: qualidade da água, quantidade de água, qualidade do solo, qualidade do ar, biodiversidade e invasividade das culturas utilizadas sobre vegetações nativas. O etanol de milho teria impactos negativos em cinco destas seis categorias.

A resposta dos grupos ligados ao etanol do milho foi imediata, buscando argumentar que o relatório não apresenta um cenário comparativo dos impactos que seriam causados pela exploração e pelo uso de alternativas fósseis. Em nenhum momento outras formas de biocombustíveis, como o etanol de cana-de-açúcar, são mencionadas como alternativas ao produto norte-americano.

A EPA é a principal agência ambiental dos EUA e passa por um momento muito complicado no cenário político. As tentativas de regular as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) vêm sofrendo ataques sucessivos de setores mais conservadores, que ressaltam os impactos negativos de tal política sobre a economia e o nível de desemprego. Numa clara tentativa de enfraquecê-la, projeto de lei apresentado recentemente no Congresso norte-americano propõe corte de 30% do orçamento atual da agência.

Contudo, os produtores de etanol nos EUA não têm por hábito criticar a EPA, responsável pela implementação dos mandatos da política de biocombustíveis (Renewable Fuel Standard – RFS). Recentemente, o setor fez claros elogios à decisão da mesma agência de elevar para 15% o percentual de mistura permitida do etanol à gasolina em carros mais novos. Assim, fica complicado para os produtores americanos questionar a legitimidade desta agência para analisar o tema. Ainda mais quando os relatórios de impacto ambiental estão previstos no próprio RFS.

A versão final deste estudo deverá ser levada ao Congresso no próximo ano. Até lá, o lobby do etanol nos EUA deve tentar, de todas as formas, atenuar as conclusões deste relatório. Resta saber o quanto independente a EPA conseguirá se manter diante de tantas pressões que sofre de inúmeros setores e interesses nos EUA. De toda forma, fica claro que a hegemonia do etanol de milho no mercado de biocombustíveis norte-americano não está assegurada. E a renovação dos incentivos e barreiras protecionistas só está garantida até o fim do presente ano. Está aberta a temporada de lobbies. ■